

EDITORIAL

POR OUTRAS VALORAÇÕES DA MATERIALIDADE

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p5-7>

A nova edição da Revista CPC reúne um conjunto de artigos que se voltam para a materialidade do patrimônio. A partir de diversos estudos de caso, objetos, lugares e abordagens teóricas, a edição reúne um significativo conjunto de reflexões sobre os conceitos do patrimônio urbano e edificado que cercam e tensionam os fazeres patrimoniais no presente, seja como restauro, seja como valoração, seja como objeto de intervenções.

Como é amplamente conhecido, a Constituição Federal de 1989 colocou em lei os preceitos e as transformações do patrimônio cultural brasileiro, incluindo expressões que extrapolam o excepcional e abrangem toda sorte de temas da cultura. O patrimônio foi legalmente transformado, priorizando os valores que as pessoas atribuem a ele. A Política Nacional do Patrimônio Imaterial, desenvolvida pelo Iphan desde a promulgação do Decreto 3551, instituiu nas práticas patrimoniais os processos de escuta, valoração e apropriação pelos detentores que levaram a mudanças conceituais consistentes. Mudanças essas que extrapolaram a dimensão da chamada “imaterialidade”, colaborando para, também, repensarmos nossas práticas no campo do patrimônio edificado. Veem-se, aqui, algumas dimensões deste debate em artigos que colaboram com a consideração das apropriações simbólicas, dos significados culturais e sociais de centros e espaços urbanos, edifícios, objetos e lugares. Gestão, intervenção e salvaguarda não podem deixar de considerar a multiplicidade de fatores de significado cultural.

Os artigos reunidos nesta edição têm como mote o patrimônio construído. O texto de abertura, de Marcela Santana, se dedica a um patrimônio urbano luso-brasileiro pouco explorado, mas de interesse crescente. Olhando para casos no Brasil, Cabo Verde e Moçambique, defende o conceito de “centros de identidade” e de paisagens culturais

para lhes dar sentido, na complexidade do conjunto heterogêneo, disperso, mas potencialmente unido por uma identidade marcada pela colonização portuguesa. As identidades no patrimônio são a chave de compreensão também do texto de Henrique Furtado sobre o caso da Igreja de São José do Queimado. O autor explora os significados e resistências da comunidade negra do Queimado, no Espírito Santo, e de que forma a patrimonialização foi um instrumento de luta social. Dos valores aos saberes tradicionais, as autoras Liziane Mangili, Ana Laura Avelar e Bia Ferrarezi exploram o tema dos saberes e fazeres da construção e seu papel nas políticas de preservação. A partir do projeto de restauração do Fortim dos Emboabas, refletem sobre a importância dos saberes construtivos e como eles são uma dimensão importante da associação material-imaterial.

Os novos objetos de interesse do patrimônio ligados a histórias de dor ou de luta são tema, também, do artigo de Bianca Janotti e Cristina Schichi, que se debruça sobre a preservação de asilos-colônia para tratamento de hanseníase no estado de São Paulo. A história destes espaços em funcionamento e o seu legado como memórias de traumas, mas também de reparações, colocam o patrimônio em um importante papel político e social. Dor, apagamento e restauração são abordados, ainda, no artigo de Renan Santana e Helio Herbst sobre o concurso de projetos para a restauração do Museu Nacional. A ruína resultante do incêndio é objeto dos projetos concorrentes, debatida num importante panorama sobre restauro e suas práticas no Brasil.

Os dois artigos finais tratam do patrimônio urbano e do mobiliário de praças nas áreas protegidas e das questões que envolvem a iluminação de monumentos. Partindo de projetos para áreas e edificações tombadas – praças históricas no Rio Grande do Sul de Adriana Miranda e o Convento da Penha em Vila Velha no Espírito Santo de Rebeca Torres, Claudia Acipreste e Tito Flávio Aguiar –, debatem criticamente sobre os procedimentos, conceitos e técnicas envolvidos na salvaguarda de bens culturais.

A edição fica completa com dois relatos de projetos desenvolvidos pelo Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá. O primeiro é o “Plano de Salvaguarda de Teatros de Grupo como patrimônio

imaterial do Município de São Paulo”, realizado em parceria com diversos grupos de teatro no município e instituições variadas, com processos de participação e escuta social. O produto final foi um documento com indicação de ações que tornem o registro um instrumento efetivo de preservação. O outro projeto do CPC-USP relatado é a realização da atividade da Unidade Móvel da USP, a partir da seleção por Edital da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. O projeto “Patrimônio Cultural: ações educativas no Centro Histórico de Iguape” realizou atividades de educação patrimonial no Centro Histórico de Iguape.

Um quadro bastante amplo em termos geográficos – com bens culturais de diversas partes do país – e de temas do patrimônio, promove o debate sobre a salvaguarda do patrimônio nas suas relações conceituais, técnicas e práticas, trazendo novas entradas para a reflexão e compreensão. Boa leitura!

Flávia Brito do Nascimento

Editora